

ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**ANALISTA LEGISLATIVO
ÁREA ADMINISTRATIVA**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL N° 01, DE 20
DE OUTUBRO DE 2025**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO

ALE-RO

Analista Legislativo - Área Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo).....	1
Interpretação e organização interna.....	11
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos.....	13
Emprego de tempos e modos dos verbos em português. mecanismos de flexão dos nomes e verbos.....	21
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	25
Processos de formação de palavras.....	37
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	44
Concordância nominal e verbal.....	52
Transitividade e regência de nomes e verbos.....	58
Padrões gerais de colocação pronominal no português.....	65
Mecanismos de coesão textual.....	67
Ortografia.....	74
Acentuação gráfica.....	83
Emprego do sinal indicativo de crase.....	90
Pontuação.....	93
Estilística: figuras de linguagem.....	103
Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	108
Variação linguística: norma padrão.....	114
Questões.....	116
Gabarito.....	123

SUMÁRIO

SUMÁRIO

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Lógica: proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas	1
Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	10
Diagramas lógicos	14
Tabelas e gráficos	17
Conjuntos e suas operações	24
Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	30
Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume	47
Representação de pontos no plano cartesiano	52
Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	54
Proporcionalidade direta e inversa	59
Porcentagem	61
Juros	64
Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	67
Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área ..	71
Princípios de contagem	79
Noções de probabilidade	84
Questões	87
Gabarito	95

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADOS

Teoria da Constituição: conceito, classificação e elementos da Constituição	1
Princípios fundamentais da Constituição da República (Art. 1º ao 4º)	10
Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade	11
Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos (Art. 5º); remédios constitucionais: Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção e Ação Popular; direitos sociais, direitos de nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos	18
Organização do Estado Brasileiro: Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal e Municípios; repartição de competências: competências da União, dos Estados e dos Municípios; a autonomia dos Estados-membros: poderes reservados e capacidade de auto-organização por meio de suas Constituições Estaduais	35

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Organização dos Poderes: o princípio da separação e a independência e harmonia entre os Poderes; Poder Legislativo: estrutura: Congresso Nacional, Câmaras de Deputados e Assembleias Legislativas; competências do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas; as Comissões Parlamentares: composição, competências e funcionamento (especial relevância para o trabalho técnico do especialista legislativo); Processo Legislativo: espécies normativas: lei complementar, lei ordinária, lei delegada, medida provisória, decretos legislativos e resoluções. Fases do Processo Legislativo ordinário: iniciativa, emenda, discussão, votação, sanção, veto, promulgação e publicação; Processo legislativo específico para Emenda à Constituição Federal, Lei Complementar e Medida Provisória; Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunais de Contas dos Estados (TCE-RO); função de controle externo exercida pelo Legislativo com o auxílio do TCE; Poder Executivo: atribuições do Presidente da República e dos Governadores; Poder Judiciário: funções e estrutura básica.....	48
A Administração Pública na Constituição: princípios constitucionais da Administração Pública (Art. 37); disposições constitucionais sobre servidores públicos: regime jurídico único, direitos, deveres e responsabilidades	92
Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.....	102
O Orçamento Público: princípios orçamentários, ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) e o papel do Poder Legislativo na análise e votação.....	110
A Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: instrumentos para preservação do Estado Democrático de Direito.....	116
Intervenção do Estado.....	121
Meio Ambiente.....	122
A Constituição do Estado de Rondônia: estrutura e princípios fundamentais; organização dos Poderes no Estado de Rondônia: Poder Legislativo Estadual: composição da ALERO, competências privativas, processo legislativo estadual, competências da Mesa Diretora e das Comissões Técnicas.....	124
Regime Jurídico dos Servidores da ALERO (previsão constitucional estadual); O papel de fiscalização do Poder Executivo Estadual exercido pela ALERO	124
Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública (Art. 37, CF).....	171
Atos Administrativos	177
Organização Administrativa: administração direta e indireta.....	196
Serviços Públicos	202
Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)	220
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia (Lei Complementar nº 872/2020)	291
Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).....	291
Agentes Públicos.....	306
Questões	324
Gabarito.....	333

SUMÁRIO

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Evolução dos Modelos de Administração Pública: Patrimonialista, Burocrática e Gerencial	1
Governança Pública: Conceitos, mecanismos e importância	7
Governança Corporativa no setor público	24
Gestão por Resultados: Planejamento estratégico, indicadores de desempenho e avaliação de políticas públicas	28
Controle da Administração Pública: Controle interno, externo, social e pelo Tribunal de Contas	37
Transparência e Acesso à Informação: Lei Federal nº 12.527/2011 e sua aplicação no âmbito da ALE/RO. Portal da Transparência.....	42
Gestão de Pessoas no Setor Público: Recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho e plano de carreira.....	54
Gestão de Processos e Projetos: Mapeamento e melhoria de processos; noções de gerenciamento de projetos (PMBOK e SCRUM)	63
Gestão de Materiais, Patrimônio, Compras e Contratações: Logística, almoxarifado, controle de bens patrimoniais e as fases da licitação	75
Arquivologia e Gestão de Documentos: Protocolo, classificação, tabela de temporalidade e destinação de documentos (Lei nº 8.159/1991)	81
Controle Interno: Finalidade, abrangência e atuação no âmbito do Poder Legislativo	91
Questões	98
Gabarito.....	106

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito e Finalidade do Processo Legislativo.....	1
Regimento Interno da ALE/RO: Estrutura e interpretação; Competências da Mesa Diretora, Plenário e Comissões; Funcionamento das Sessões Legislativas (ordinárias, extraordinárias, solenes e preparatórias)	4
As Fases do Processo Legislativo: Iniciativa da Lei; Emenda à Constituição Estadual: procedimento especial.....	12
Projetos de Lei: tramitação ordinária, urgência e tramitação conclusiva nas comissões; Projetos de Decreto Legislativo e Resolução: competência e tramitação; Discussão, Votação, Sanção, Veto e Promulgação.....	16
As Comissões Parlamentares: Comissões Permanentes (temáticas e processuais); Comissões Temporárias (CPI, Comissões Especiais); Competências e poderes de investigação.....	22
Questões	28
Gabarito.....	32

SUMÁRIO

SUMÁRIO

TÉCNICA LEGISLATIVA

Conceito e Objetivo da Técnica Legislativa: A arte e a ciência de redigir normas jurídicas	1
A Linguagem Jurídico-Legislativa: Clareza, precisão, concisão, impessoalidade e formalidade.....	5
Estrutura e Forma dos Atos Normativos: Elementos essenciais (epígrafe, ementa, preâmbulo, texto normativo); Divisão e hierarquia dos textos: partes, livros, títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos, alíneas	9
Técnicas de Redação: Vocabulário e terminologia técnica; Vícios de redação (ambiguidade, contradição, obscuridade); A norma jurídica: estrutura hipotética ("se... então...")	14
Numeração, Alteração e Consolidação de Normas: Técnicas de alteração (modificação, revogação); Noções de consolidação e codificação	18
Elaboração de Pareceres, Indicações, Requerimentos e Moções: Tipos e técnicas de redação de documentos legislativos não-normativos.....	22
Questões	29
Gabarito.....	34

DIREITO FINANCEIRO, ORÇAMENTO PÚBLICO E CONTROLE EXTERNO

Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000): Princípios, limites e instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA)	1
Ciclo Orçamentário no Poder Legislativo: Elaboração, discussão, aprovação e execução da despesa.....	27
Classificações Orçamentárias: Institucional, funcional, programática e econômica	29
Execução Orçamentária e Financeira: Despesa pública: estágios (empenho, liquidação, pagamento); Restos a Pagar; Créditos Adicionais	33
O Papel do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RO): Jurisdição, competências e tipos de julgamento (prévio e de contas)	38
Questões	42
Gabarito.....	46

SUMÁRIO

SUMÁRIO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E CIDADANIA

Ética, Moral e Cidadania: Conceitos fundamentais.....	1
Ética na Administração Pública: O ethos do servidor público	5
Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto Federal nº 1.171/1994 e suas atualizações): Deveres, proibições e vedações	7
Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992): Atos de improbidade e suas sanções	10
Conflito de Interesses e Assédio Moral no Ambiente de Trabalho	24
Transparência Ativa e Passiva como Imperativo Ético.....	31
Questões	37
Gabarito	44

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Arquitetura básica de computadores: hardware, componentes e funções; unidade central de processamento; memória RAM, cache e tipos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: tecladomouse, monitor, impressoras, scanner, discos rígidos, SSDs, pendrives, discos ópticos, conectores e portas de comunicação.....	1
Armazenamento em nuvem	8
Windows 10/11: conceitos básicos de software e sistema operacional; programas e utilitários, ambiente gráfico, área de trabalho, janelas, ícones, atalhos de teclado, pastas, tipos de arquivos, criação, cópia, exclusão e restauração de arquivos. figuras e imagens (formatos e uso).....	9
MS Office 2021 e Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Teams): conceitos, características, principais funcionalidades, ícones, atalhos de teclado, criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, inserção de gráficos e tabelas, compartilhamento e uso de recursos na nuvem.....	39
Google Workspace (Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive, Meet e Agenda): conceitos, características, funcionalidades, colaboração em tempo real e armazenamento online	69
Internet: conceitos e características; navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox); mecanismos de busca; downloads e uploads.....	78
Correio eletrônico (e-mail): conceitos, características, funcionalidades e boas práticas de uso seguro.....	86
Segurança digital: noções de antivírus, autenticação, senhas seguras, golpes virtuais (phishing).....	91
Questões	100
Gabarito	109

SUMÁRIO

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Constituição Estadual: Título I – Da Organização do Estado: Disposições Preliminares, Da Competência do Estado e da Administração Pública; Título II – Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo.....	1
Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 e suas alterações	22
Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	92
Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais: Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992 e suas alterações	95
Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 e suas alterações	134
Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei do Processo Administrativo Estadual: Lei Ordinária nº 3.830, de 27 de junho de 2016, e suas alterações.....	136
Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações: âmbito de aplicação da lei, princípios, definições e agentes públicos	138
Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e suas alterações.....	261
Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações.....	264
Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações.....	291
Questões	304
Gabarito.....	308

HISTÓRIA DE RONDÔNIA

As bases da ocupação colonial da Amazônia	1
As políticas do Estado português para as regiões dos vales do Guaporé e Madeira....	8
A questão das fronteiras entre América Portuguesa e o império hispânico e a criação da Capitania de Mato Grosso.....	17
A economia colonial nos vales do Guaporé e Madeira: mineração, drogas do sertão, o escravismo, o contrabando e as rotas fluviais.....	24

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Colonização e povoamento no vale do Madeira e do Guaporé nos séculos XIX e XX..	33
O advento da exploração seringueira e a questão das fronteiras	39
As diversas etapas da construção da Ferrovia Madeira Mamoré	47
A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas	54
A criação dos Territórios Federais do Guaporé e de Rondônia.....	60
Os novos surtos de povoamento e a ampliação do extrativismo mineral	68
A implantação do Estado de Rondônia. Os projetos de colonização estatais e privados	74
A instalação da rodovia federal BR-364	82
Questões	88
Gabarito.....	92

GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Povoamento e ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé	1
Colonização ibérica na região	2
A colonização portuguesa no Vale do Guaporé	4
Os séculos XIX e XX e a exploração da borracha, poia e castanha.....	5
A construção da EFMM e da Linha Telegráfica	7
Território Federal do Guaporé/Rondônia.....	9
A Rodovia BR-364 e os garimpos	10
A ocupação recente da Amazônia e Rondônia: a colonização agropastoril.....	12
O Estado de Rondônia, da criação às questões atuais	14
O ambiente amazônico, as estruturas físicas e ambientais da região	16
O Estado de Rondônia: componentes do meio físico e ambiental.....	18
Populações e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; populações tradicionais	19
As divisões regionais.....	22
Produção econômica regional.....	24
As questões socioambientais	26
História do Poder Legislativo de Rondônia	28
Questões	30
Gabarito.....	34

SUMÁRIO



O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

▪ **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhoso!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”



► Conceito de Constituição

A Constituição é a norma suprema que rege a organização de um Estado Nacional.

Por não haver na doutrina um consenso sobre o conceito de Constituição, faz-se importante o estudo das diversas concepções que o englobam. Então vejamos:

Constituição Sociológica:

Idealizada por Ferdinand Lassalle, em 1862, é aquela que deve traduzir a soma dos fatores reais de poder que rege determinada nação, sob pena de se tornar mera folha de papel escrita, que não corresponde à Constituição real.

Constituição Política:

Desenvolvida por Carl Schmitt, em 1928, é aquela que decorre de uma decisão política fundamental e se traduz na estrutura do Estado e dos Poderes e na presença de um rol de direitos fundamentais. As normas que não traduzirem a decisão política fundamental não serão Constituição propriamente dita, mas meras leis constitucionais.

Constituição Jurídica:

Fundada nas lições de Hans Kelsen, em 1934, é aquela que se constitui em norma hipotética fundamental pura, que traz fundamento transcendental para sua própria existência (sentido lógico-jurídico), e que, por se constituir no conjunto de normas com mais alto grau de validade, deve servir de pressuposto para a criação das demais normas que compõem o ordenamento jurídico (sentido jurídico-positivo).

Na concepção jurídico-positiva de Hans Kelsen, a Constituição ocupa o ápice da pirâmide normativa, servindo como paradigma máximo de validade para todas as demais normas do ordenamento jurídico.

Ou seja, as leis e os atos infralegais são hierarquicamente inferiores à Constituição e, por isso, somente serão válidos se não contrariarem as suas normas.

Abaixo, segue a imagem ilustrativa da Pirâmide Normativa:

Pirâmide Normativa:



Como Normas Infraconstitucionais entendem-se as Leis Complementares e Ordinárias;

Como Normas Infralegais entendem-se os Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resoluções, etc.



A administração pública brasileira passou por profundas transformações ao longo dos séculos, refletindo as mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Desde o período colonial, a forma como o Estado organiza e administra seus recursos e serviços evoluiu significativamente, movendo-se por diferentes modelos de gestão que visavam responder às demandas e desafios de cada época. Entender essa evolução é crucial para compreender as dinâmicas atuais da gestão pública no Brasil e identificar os desafios e oportunidades para futuras reformas.

Historicamente, a administração pública no Brasil pode ser classificada em três grandes modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Cada um desses modelos surgiu em resposta a contextos específicos e trouxe consigo novas práticas e paradigmas de administração.

A trajetória da administração pública no Brasil é marcada por constantes esforços de reforma e modernização, buscando superar as ineficiências e promover um serviço público que atenda melhor às necessidades da sociedade. Analisar essa evolução permite não apenas entender os avanços alcançados, mas também identificar os resquícios de práticas antigas que ainda desafiam a gestão pública contemporânea.

Com a base histórica estabelecida, vamos explorar detalhadamente cada um desses modelos de gestão e as principais reformas que marcaram a administração pública brasileira ao longo do tempo.

MODELOS DE GESTÃO: PATRIMONIALISMO, BUROCRACIA E GERENCIALISMO

A evolução da administração pública no Brasil pode ser compreendida por meio da análise de três grandes modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Esses modelos refletem diferentes períodos históricos e concepções sobre a organização e funcionamento do Estado.

A seguir, exploramos cada um desses modelos em detalhes, destacando suas características, contextos históricos e impactos na administração pública brasileira.

► Modelo Patrimonialista

O modelo patrimonialista foi o primeiro sistema de gestão pública implementado no Brasil, prevalecendo desde o período colonial até o início do século XX. Esse modelo é caracterizado pela ausência de distinção entre o patrimônio público e o privado, com uma administração baseada em práticas tradicionais e pessoais, onde o Estado é visto como uma extensão dos interesses particulares do governante e de sua elite.

Confusão entre o Público e o Privado:

No modelo patrimonialista, não havia uma clara separação entre os bens do Estado e os bens pessoais dos governantes. Os recursos públicos eram frequentemente usados para fins privados, beneficiando diretamente os detentores do poder e seus aliados. Essa prática gerava um ambiente propício para a corrupção e o desvio de recursos públicos.

Clientelismo e Nepotismo:

A administração patrimonialista se baseava na troca de favores e na lealdade pessoal. Os cargos públicos eram distribuídos entre amigos, familiares e apoiadores políticos do governante, sem considerar a competência ou o mérito dos indivíduos. Esse sistema reforçava a dependência dos cidadãos em relação aos líderes locais e perpetuava um ciclo de lealdade e favores pessoais.

Corrupção:

A falta de mecanismos de controle e de transparência no uso dos recursos públicos permitia que práticas corruptas fossem comuns e aceitas. A corrupção era institucionalizada, com benefícios sendo concedidos em troca de apoio político, o que minava a eficiência e a eficácia da administração pública.



A NATUREZA DUAL DA TÉCNICA LEGISLATIVA: ARTE E CIÊNCIA

A técnica legislativa é um campo singular dentro do Direito porque combina, de forma indissociável, dois aspectos complementares: a arte e a ciência. Essa natureza dual não é mero jogo de palavras. Ela expressa a complexidade do processo de criação normativa, que exige tanto a racionalidade técnica quanto a sensibilidade estilística e comunicativa.

A técnica legislativa como ciência se manifesta por meio da racionalidade, da sistematização e da lógica jurídica. Ao mesmo tempo, como arte, ela exige criatividade, clareza e sensibilidade para traduzir valores, princípios e intenções em linguagem normativa. Esses dois aspectos não se opõem; pelo contrário, são interdependentes e se reforçam mutuamente.

No aspecto científico, a técnica legislativa se baseia em critérios objetivos que garantem a consistência e a coerência do ordenamento jurídico. Isso envolve o uso correto de conceitos jurídicos, a estruturação lógica das normas e a observância de princípios como hierarquia normativa, competência legislativa e harmonia com os direitos fundamentais. Uma norma bem redigida, nesse sentido, deve ser clara, precisa, impessoal e livre de ambiguidades, respeitando a lógica do sistema jurídico em que está inserida.

Esse caráter científico também se revela na obediência a regras formais previstas em legislações específicas sobre elaboração normativa, como leis complementares e manuais oficiais de redação legislativa. Essas normas não tratam apenas da forma como uma lei deve ser escrita, mas também de sua estrutura interna, do vocabulário técnico adequado, do uso de termos padronizados e da correta organização dos dispositivos legais. A ciência da técnica legislativa busca, portanto, uniformizar e racionalizar a produção normativa, de modo a garantir sua inteligibilidade e aplicação uniforme.

No entanto, há um limite para o alcance puramente técnico da ciência legislativa. Isso porque o Direito, enquanto instrumento de organização social, não lida apenas com conceitos abstratos, mas com comportamentos humanos, valores culturais e transformações históricas. É nesse ponto que a arte da técnica legislativa se torna indispensável.

A arte da técnica legislativa aparece na capacidade de escolher as palavras certas, na maneira de estruturar os dispositivos legais, na sensibilidade para lidar com temas delicados e na habilidade de tornar uma norma compreensível não apenas para operadores do Direito, mas também para o cidadão comum. Trata-se de um trabalho de criação e tradução, em que o legislador transforma ideias, necessidades e demandas sociais em texto normativo.

Essa dimensão artística também envolve escolhas políticas e filosóficas. A linguagem da lei não é neutra. A forma como se escreve uma norma pode reforçar ou enfraquecer direitos, incluir ou excluir determinados grupos, simplificar ou burocratizar procedimentos. Por isso, a arte legislativa exige uma escuta atenta da sociedade, uma compreensão profunda do contexto em que se legisla e um compromisso ético com a função pública da norma.

É importante destacar que o bom uso da técnica legislativa, em sua dimensão artística, não significa embelezamento estilístico ou uso rebuscado da linguagem. Pelo contrário, a clareza é um dos maiores objetivos. A arte, nesse caso, está em saber dizer o máximo com o mínimo de palavras, com objetividade, simplicidade e precisão. É transformar complexidade em acessibilidade, sem comprometer o rigor jurídico.

Essa combinação entre arte e ciência também exige capacitação contínua por parte dos legisladores, juristas e técnicos que participam da elaboração normativa. Não basta conhecer o conteúdo jurídico. É preciso dominar as ferramentas de linguagem, as técnicas de comunicação escrita e os princípios que orientam a redação de normas eficazes e legítimas. Nesse sentido, a técnica legislativa é um verdadeiro campo interdisciplinar, em que o Direito dialoga com a Linguística, a Filosofia, a Política e a Sociologia.

A natureza dual da técnica legislativa, portanto, revela sua riqueza e sua complexidade. Ao mesmo tempo em que requer rigor técnico e metodológico, ela também demanda sensibilidade, criatividade e compromisso com os valores democráticos. Essa dualidade é o que permite à lei ser mais do que um texto frio: ela se torna um instrumento de transformação social, acessível, eficaz e respeitado.



Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000): Princípios, limites e instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA)

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Direito Constitucional e Direito Administrativo Aplicados.

Bons estudos!

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

- a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;
 - b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;
- II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária; (Regulamento)

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;



Dimensões da qualidade nos deveres dos servidores públicos

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão descritos na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Entre os deveres (art. 116), há dois que se encaixam no paradigma do atendimento e do relacionamento que tem como foco principal o usuário.

São eles:

- “atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas” e
- “tratar com urbanidade as pessoas”.

Presteza e urbanidade nem sempre são fáceis de avaliar, uma vez que não têm o mesmo sentido para todas as pessoas, como demonstram as situações descritas a seguir.

- Serviços realizados em dois dias úteis, por exemplo, podem não corresponder às reais necessidades dos usuários quanto ao prazo.

Um atendimento cortês não significa oferecer ao usuário aquilo que não se pode cumprir. Para minimizar as diferentes interpretações para esses procedimentos, uma das opções é a utilização do bom senso:

- Quanto à presteza, o estabelecimento de prazos para a entrega dos serviços tanto para os usuários internos quanto para os externos pode ajudar a resolver algumas questões.
- Quanto à urbanidade, é conveniente que a organização inclua tal valor entre aqueles que devem ser potencializados nos setores em que os profissionais que ali atuam ainda não se conscientizaram sobre a importância desse dever.

Não é à toa que as organizações estão exigindo habilidades intelectuais e comportamentais dos seus profissionais, além de apurada determinação estratégica. Entre outros requisitos, essas habilidades incluem:

- atualização constante;
- soluções inovadoras em resposta à velocidade das mudanças;
- decisões criativas, diferenciadas e rápidas;
- flexibilidade para mudar hábitos de trabalho;
- liderança e aptidão para manter relações pessoais e profissionais;
- habilidade para lidar com os usuários internos e externos.

Encerramos esse tópico com o trecho de um texto de Andrés Sanz Mulas:

“Para desenhar uma ética das Administrações seria necessário realizar as seguintes tarefas, entre outras:

- Definir claramente qual é o fim específico pelo qual se cobra a legitimidade social;
- Determinar os meios adequados para alcançar esse fim e quais valores é preciso incorporar para alcançá-lo;
- Descobrir que hábitos a organização deve adquirir em seu conjunto e os membros que a compõem para incorporar esses valores e gerar, assim, um caráter que permita tomar decisões acertadamente em relação à meta eleita;
- Ter em conta os valores da moral cívica da sociedade em que se está imerso;
- Conhecer quais são os direitos que a sociedade reconhece às pessoas.”

Quando falamos sobre ética pública, logo pensamos em corrupção, extorsão, ineficiência, etc, mas na realidade o que devemos ter como ponto de referência em relação ao serviço público, ou na vida pública em geral, é que seja fixado um padrão a partir do qual possamos, em seguida julgar a atuação dos servidores públicos ou daqueles que estiverem envolvidos na vida pública, entretanto não basta que haja padrão, tão somente, é necessário que esse padrão seja ético, acima de tudo .



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU



TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estado de Rondônia, parte integrante e autônoma da República Federativa do Brasil, reger-se-á por esta Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º São símbolos do Estado a bandeira, o hino e o brasão, em uso na data da promulgação desta Constituição e outros que a lei venha a estabelecer.

Art. 3º O território do Estado de Rondônia tem como limites os estabelecidos pela lei.

Art. 4º A Capital do Estado é a cidade de Porto Velho.

Art. 5º Incluem-se entre os bens do Estado:

I - os que a ele pertenciam na data da promulgação desta Constituição;

II - no seu território, as águas superficiais ou subterrâneas fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obra da União;

III - as ilhas fluviais e lacustres localizadas em seu território e que não se situem na zona limítrofe com outro país e não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas, não pertencentes à União;

V - outros bens e direitos que venha a incorporar ou adquirir, a qualquer título.

Parágrafo único. Os bens do Estado não podem ser objeto de doação, venda, aforamento ou cessão de uso, senão em virtude da lei que disciplinará o seu procedimento.

Art. 6º O Estado divide-se política e administrativamente em Municípios, autônomos nos limites constitucionais.

§ 1º Poderão ser instituídas, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

§ 2º Será instituído, mediante lei complementar, zoneamento socioeconômico e ecológico. (Dispositivo com a vigência restaurada diante do efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade da EC nº 126, de 21/03/2018 - processo nº 0800913-33.2018.8.22.0000 TJ/RO – Decisão: “Ação julgada procedente com efeitos ex tunc nos termos do voto da Relatora, por maioria, vencido o Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal” Acórdão publicado no Do-e-ALE/RO nº 76, de 29/04/2024, Trânsito em Julgado em 19/03/2024 (após o STF negar seguimento ao Recurso Extraordinário))

§ 3º Poderão ser criadas estâncias turísticas, hidrominerais e climáticas em municípios do Estado, mediante lei complementar que estabeleça as condições e os requisitos mínimos a serem observados para esse fim, em consonância com a manifestação dos órgãos técnicos do Estado. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

§ 4º O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um fundo de melhorias das estâncias, com o objetivo de desenvolver programas de urbanização, melhorias e preservação do meio ambiente das estâncias de qualquer natureza. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)



A IMPORTÂNCIA DOS VALES FLUVIAIS PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, teve sua conformação territorial marcada por ciclos econômicos, pela geopolítica da fronteira e por fluxos migratórios que se adensaram a partir do século XIX. Os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenharam papel essencial nesse processo, não apenas por sua importância geográfica como eixos naturais de circulação, mas também por influenciarem diretamente nas formas de povoamento e ocupação humana. Esta análise pretende discutir como esses rios estruturaram o território rondoniense, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Esses vales foram palco de transformações profundas, desde os tempos das missões religiosas e explorações portuguesas e espanholas até os ciclos econômicos da borracha e os projetos de integração nacional, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e os programas de colonização federal nas décadas de 1970 e 1980. Para compreender a dinâmica atual de Rondônia, é imprescindível estudar como esses rios moldaram os assentamentos humanos e definiram estratégias de ocupação territorial.

PRIMEIROS CONTATOS E MISSÕES RELIGIOSAS: A PRESENÇA LUSO-ESPAÑHOLA NO SÉCULO XVIII

O início do povoamento dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé está diretamente ligado à presença das Coroas ibéricas na região amazônica. A partir do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), intensificaram-se as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A linha do rio Guaporé passou a ser entendida como limite natural entre os domínios portugueses (ao norte e leste) e espanhóis (ao sul e oeste).

Nesse contexto, foram criadas missões jesuíticas e aldeamentos indígenas, com o intuito de consolidar a ocupação e catequese das populações locais. Um exemplo marcante é a Fundação de Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do Guaporé, como estratégia militar portuguesa para garantir a soberania do território.

Pontos-chave:

- A ocupação era esparsa e voltada à manutenção de uma presença simbólica e estratégica na região.
- Os rios eram os principais meios de transporte e comunicação, o que os tornava corredores logísticos e culturais.
- As populações indígenas resistiram a essas ocupações, mas também foram integradas de forma forçada em muitos contextos.

CICLO DA BORRACHA E A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX – INÍCIO DO SÉCULO XX)

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia, houve uma mudança significativa no perfil de ocupação dos vales fluviais. Os rios Madeira e Mamoré tornaram-se fundamentais para o escoamento da borracha extraída nas áreas interiores de Rondônia e da Bolívia. Nesse contexto, destaca-se a tentativa de superar os obstáculos naturais (como as corredeiras do Madeira) com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), iniciada em 1907 e concluída em 1912.

A EFMM ligava Porto Velho (às margens do Madeira) a Guajará-Mirim (no Mamoré), permitindo o transporte da produção gomífera até os portos brasileiros. A ferrovia foi um vetor fundamental de ocupação e urbanização da região:

- Estimulou a formação de vilas e núcleos urbanos ao longo do traçado.
- Atração de migrantes nordestinos, caribenhos e europeus para trabalhar na construção da estrada.
- Aumentou a presença institucional do Estado brasileiro na região.

No entanto, a decadência da borracha após a Primeira Guerra Mundial levou ao abandono de muitas dessas áreas, consolidando um ciclo de crescimento e retração marcado pela dependência de produtos de exportação.



AS MOTIVAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A colonização da Amazônia pelos portugueses no período colonial não ocorreu por acaso ou de maneira espontânea. Ao contrário, foi resultado de uma série de fatores estratégicos, econômicos, políticos e religiosos que se intensificaram principalmente a partir do século XVII.

A ocupação dessa região foi marcada por interesses tanto do Estado português quanto da Coroa espanhola, além da ação de grupos religiosos, como os jesuítas, e de ameaças estrangeiras, principalmente de holandeses, ingleses e franceses.

► Defesa territorial e geopolítica

Um dos principais motivos da presença portuguesa na Amazônia foi a necessidade de defender e consolidar o território colonial frente às invasões estrangeiras. No século XVII, holandeses, franceses e ingleses estavam ativos na costa norte da América do Sul, buscando estabelecer feitorias, pontos de comércio e até mesmo colônias.

Apesar do Tratado de Tordesilhas (1494) ter estabelecido uma divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, a delimitação exata do território era incerta, e a região amazônica se encontrava em uma zona de disputa. Com o tempo, Portugal passou a considerar a ocupação da Amazônia como essencial para garantir a soberania sobre essa área, estendendo o domínio além da linha de Tordesilhas, o que mais tarde seria legitimado com o Tratado de Madri (1750).

Nesse contexto, a fundação de fortes, como o Forte do Presépio (atual Belém, fundado em 1616), foi uma medida estratégica para marcar presença portuguesa e repelir invasores estrangeiros.

► Interesse econômico e exploração de recursos naturais

Outro fator fundamental foi o interesse nos recursos naturais da Amazônia. A região era vista como uma fonte inesgotável de riquezas, especialmente pelas drogas do sertão – nome dado a produtos extraídos da floresta, como cacau, urucum, salsaparrilha, baunilha, cravo-do-maranhão, castanha, entre outros.

Esses produtos tinham alto valor no mercado europeu e passaram a integrar o sistema econômico colonial. A extração das drogas do sertão foi realizada, em grande parte, com mão de obra indígena, sob o controle dos religiosos ou das autoridades coloniais, sendo um dos primeiros grandes ciclos econômicos da Amazônia.

Além disso, havia interesse em metais preciosos, embora a mineração nunca tenha se desenvolvido de forma intensa na região amazônica como ocorreu em Minas Gerais.

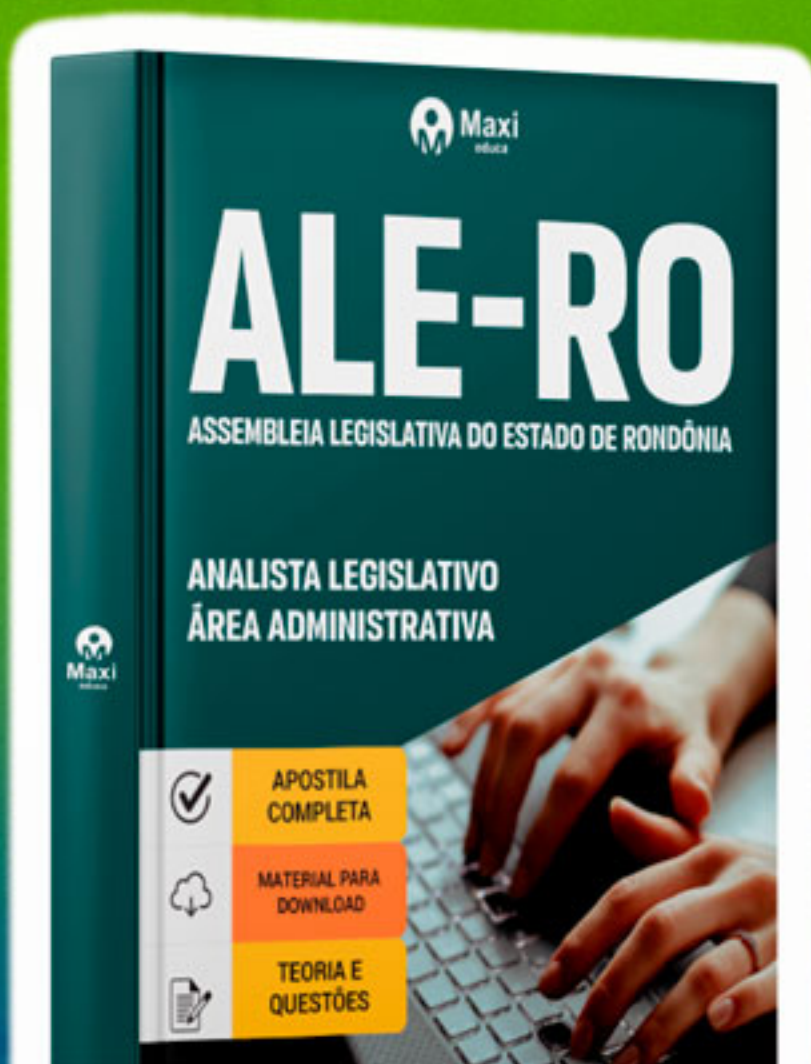
► Expansão religiosa e catequese indígena

A missão evangelizadora da Igreja Católica também foi um componente essencial da colonização. A Companhia de Jesus, por meio dos missionários jesuítas, teve papel fundamental na ocupação da Amazônia. Eles fundaram aldeamentos (missões) ao longo dos rios, com o objetivo de catequizar os indígenas e incorporá-los à lógica da colonização europeia.

Essa ação era, ao mesmo tempo, religiosa e política. Os missionários garantiam a presença portuguesa no interior da floresta, fixavam populações indígenas e estabeleciam laços culturais e administrativos com o poder colonial. A Igreja tinha o apoio da Coroa portuguesa, que via na catequese uma forma de controlar os povos originários e expandir o domínio cristão sobre novas terras.

► Consolidação da política de ocupação do território interior

Durante os séculos XVII e XVIII, o Reino de Portugal adotou uma política de interiorização da ocupação do território brasileiro. A Amazônia, por suas dimensões e dificuldades naturais, estava até então afastada dos centros coloniais mais ativos, como o litoral nordestino e sudeste.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!